

LEI Nº 3.143 DE 15 DE JUNHO DE 2018.

"Institui o Fundo Municipal de Trânsito - FUMTRAN e dá outras providências"

A CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS, Estado de Goiás,
aprovou e Eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I
DAS FINALIDADES

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Trânsito de Inhumas - **FUMTRAN**, com o objetivo de financiamento da expansão e aprimoramento contínuo das ações destinadas a promover o desenvolvimento do trânsito no Município de Inhumas.

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Trânsito respeitará as disposições insertadas no artigo 320, do Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Art. 2º - Os recursos do Fundo Municipal de Trânsito de Inhumas deverão ser aplicados, visando desenvolver as seguintes atividades:

I - sinalização de trânsito: o conjunto de sinais de trânsito e dispositivos de segurança colocados na via pública com o objetivo de garantir sua adequada utilização, compreendendo especificamente às sinalizações vertical, horizontal e semafórica e os seguintes dispositivos auxiliares:

- a) dispositivos delimitadores;
- b) dispositivos de canalização;
- c) dispositivos e sinalização de alerta;
- d) alterações nas características do pavimento;
- e) dispositivos de uso temporário;

- f) dispositivos de proteção contínua;
- g) dispositivos luminosos;
- h) painéis eletrônicos;
- i) outros dispositivos previstos em legislação específica;

II - Engenharia de Tráfego e de Campo: o conjunto de atividades de engenharia voltado a ampliar as condições de fluidez e de segurança no trânsito:

- a) elaboração e atualização de mapa viário;
- b) cadastramento e implantação da sinalização;
- c) desenvolvimento e implantação de corredores especiais de trânsito nas vias já existentes;
- d) identificação, estudo e análise de novos pólos geradores de trânsito;
- e) estudos e estatísticas de acidentes de trânsito;
- f) estudos e análises da utilização de faixas de domínio do sistema viário;
- g) atualização e manutenção do cadastro de Projetos do Sistema Viário;
- h) estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental de adequação e melhorias no Sistema Viário;
- i) estudos e Projetos necessários a adequações e melhorias no Sistema Viário;

III - policiamento e fiscalização de trânsito: se caracterizam em atos de prevenção e repressão que visam a controlar o cumprimento da legislação de trânsito, por meio do Poder de Polícia Administrativa;

IV - educação de trânsito: é a atividade direcionada à formação do cidadão como usuário da via pública, por meio do aprendizado de normas de respeito à vida e ao Meio Ambiente, visando sempre o trânsito seguro, tais como:

- a) publicidade institucional;
- b) campanhas educativas;
- c) realização e participação em palestras, cursos, seminários e eventos relacionados ao trânsito;
- d) atividades escolares;
- e) elaboração de material didático pedagógico;
- f) formação e qualificação de profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;
- g) formação de agentes multiplicadores.

Capítulo II DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 3º - As receitas do Fundo Municipal de Trânsito serão provenientes de:

- I - dotação orçamentária própria ou créditos que lhe forem destinados;
- II - arrecadação das multas previstas na legislação de trânsito e transporte;
- III - arrecadação oriunda da exploração de estacionamento rotativo pago;
- IV - recursos repassados pela União ou por Governos Estaduais;
- V - contribuições, donativos, transferências de recursos, subvenções ou auxílios do Poder Público ou do Setor Privado;
- VI - arrecadação de tarifas de guincho e de estadia pela Guarda e depósito de veículos recolhidos aos pátios municipais, apreendidos pelas Polícias Civil, Militar e Militar Rodoviária, pelos agentes de fiscalização municipal e pelo cumprimento a ordens judiciais;
- VII - arrecadação referente a leilão de veículos recolhidos aos pátios municipais;
- VIII - arrecadação de taxa para autorização de circulação especial e escolta para veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas nos termos da legislação vigente;
- IX - arrecadação referente ao licenciamento de ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal;
- X - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras.

Art. 4º - Todos os recursos destinados ao Fundo Municipal de Trânsito de Inhumas, deverão ser automaticamente transferidos, depositados ou recolhidos em conta corrente específica a ser designada pela Secretaria Municipal de Finanças, através

do Departamento de Contabilidade e Orçamento, que dará o indispensável suporte técnico ao FUMTRAN, sempre que necessário.

Parágrafo Único - Os saldos porventura existentes no término de um exercício financeiro, constituirão parcela da receita do exercício subsequente, até sua integral aplicação.

Capítulo III DO CONSELHO DIRETOR

Art. 5º - Os recursos do Fundo Municipal de Trânsito, serão administrados por um Conselho Diretor, formado por membros nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, composto da seguinte forma:

I – Secretario (a) Municipal de Governo, como Presidente;

II - 01 (UM) representante da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento, como Vice-Presidente;

III - 01 (UM) representante da Secretaria Municipal de Infra Estrutura, como membro.

IV- 01(UM) representante, do quadro efetivo, da Departamento Municipal de Trânsito, como membro.

§ 1º Os membros indicados nos incisos III e IV, serão nomeados para exercer funções administrativas junto ao Conselho, pelo prazo de 01 (um) ano, podendo haver recondução por igual período.

§ 2º Dentre os servidores designados, o Presidente indicará o responsável pelos trabalhos de expediente e secretariado.

Art. 6º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente quantas vezes se fizerem necessárias.

§ 1º As reuniões serão realizadas com a presença de pelo menos 03 (três) de seus membros e as decisões serão tomadas mediante votação de maioria simples.

§ 2º Em caso de empate nas votações, caberá ao Presidente o voto de minerva.

Art. 7º - Compete ao Conselho Diretor do Fundo Municipal de Trânsito:

I - estabelecer as diretrizes para a gestão do Fundo Municipal de Trânsito;

II - fiscalizar a arrecadação da receita, e o seu recolhimento à Conta Corrente do Fundo Municipal de Trânsito de Inhumas - FUMTRAN;

III - deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Trânsito, indicando despesas, administrando com a finalidade de garantir o cumprimento das diretrizes do Fundo Municipal de Trânsito;

IV - aprovar as operações de financiamento, inclusive as realizadas a título de fundo perdido;

V - opinar quanto à aceitação de doação, legados, subvenções e contribuições de qualquer natureza;

VI - apresentar, anualmente, relatório de prestação de contas da gestão dos recursos do Fundo Municipal de Trânsito;

VII - prestar contas à Sociedade Civil do Fundo Municipal de Trânsito;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno;

X - indicar um de seus membros para fazer parte da Comissão de Licitação e Compras quando tratar-se de assuntos ligados a trânsito;

XI - indicar um de seus membros, para que em conjunto com um responsável da Diretoria de Execução e Controle Financeiro, possa assinar cheques e/ou efetuar transferências, quando necessários.

Art. 8º - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos financeiros do FUMTRAN, em finalidade estranha às atividades de trânsito, bem como o remanejamento para outros fins.